



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Bráulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões

2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2016

Às 10 horas, comparecem no Plenário o deputado Gustavo Valadares (substituindo o deputado Felipe Attiê, por indicação da liderança do BVC), membro da Comissão de Desenvolvimento Econômico; a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Dilzon Melo e Gustavo Corrêa, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e os deputados Gil Pereira, Felipe Attiê e Gustavo Corrêa, membros da Comissão de Minas e Energia. Estão presentes, também, os deputados Bonifácio Mourão, João Leite, Leonídio Bouças, Rogério Correia, Dalmo Ribeiro Silva, Celinho do Sinttrocel, Thiago Cota e Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta destas comissões nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência de convidados, debater a retomada das atividades da Samarco Mineração, no Município de Mariana. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cristina Vellozo Santos, subsecretária de Estado de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, representando o secretário dessa pasta; Cláudia Araújo, secretária municipal de Meio Ambiente de Ouro Preto, representando o prefeito desse município; Poliane Aparecida de Freitas, coordenadora do Movimento Justiça Sim, Desemprego Não; e Patrícia Mazon, laboratorista química, funcionária da Samarco Mineração; e os Srs. Altamir de Araújo Rôso Filho, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Olavo Machado Júnior, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; José Guilherme Ramos, subsecretário de Política Mineral e Energética da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; Newton Godoy, secretário municipal de Obras e Planejamento de Mariana, representando o prefeito desse município; Anderson Aguiar, subsecretário de Regularização Ambiental, representando o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Luís Márcio Vianna, relações institucionais do Sindixtra; Alessandro Marques, vice-presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab-MG; Maury de Souza Junior, diretor de Implementação de Projetos da Samarco Mineração; Durval Vieira de Freitas, empresário no Estado do Espírito Santo, representando o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Espírito Santo; Leonardo Sarlo Wilken, diretor de Estratégias e Planejamento da Samarco Mineração; José Carlos Nunes, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo; Válber Salarini, vereador do Município de Anchieta (ES); e Duarte Henrique de Aquino, assessor da subsecretaria de Estado de Desenvolvimento do Espírito Santo. O presidente, na condição de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e concede a palavra ao deputado Gustavo Valadares, coautor, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla



discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2016.

Gil Pereira, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/6/2016

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Gustavo Valadares, Iran Barbosa (substituindo o deputado Paulo Guedes, por indicação da liderança do BMM) e Rogério Correia (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Administração Pública, e os deputados Gustavo Valadares, João Magalhães (substituindo o deputado Geraldo Pimenta, por indicação da liderança do BMM) e Rogério Correia (substituindo o deputado Fábio Avelar Oliveira, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude. Estão presentes também os deputados Alencar da Silveira Jr., Sargento Rodrigues, Iran Barbosa e Douglas Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros das comissões presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e debater, em audiência pública, entre outros pontos, o contrato da parceria público-privada firmado entre o governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo – Secopa –, e a empresa Minas Arena para a reforma e modernização do Mineirão, bem como as obras, a exploração, a operação e a manutenção do estádio. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Diego Jardim, coordenador da Unidade PPP da Secretaria de Estado de Esportes, representando o secretário; Jarbas Filho de Lacerda, professor de direito da Faculdade Pitágoras; Alencar da Silveira Jr., presidente do América Futebol Clube; e Gustavo Soares Giordano e Francisco Batista de Abreu, advogados. A presidência concede a palavra aos deputados Rogério Correia e Iran Barbosa, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2016.

João Magalhães, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/6/2016

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Cabo Júlio e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da Comissão de Administração Pública, e os deputados Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, membros da Comissão de Segurança Pública. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta das comissões. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater e tomar as providências necessárias quanto aos direitos assegurados aos servidores da segurança pública pela legislação e a receber e votar requerimentos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. O presidente convida a tomar assento à mesa os Srs. Sérgio Barboza Menezes, secretário de Estado de Defesa Social; Subtenente Gonzaga, deputado federal; Ten.-Cel. PM Aílton Cirilo da Silva, presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais; Cel. BM Orlando José Silva, diretor de Recursos Humanos do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais; Cel. PM Edvaldo Piccinini Teixeira, vereador de Belo



Horizonte e presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – COPM; Cel. PM Norberto Rômulo Russo, presidente da Associação dos Militares Estaduais Mineiros; Cel. PM Cícero Leonardo da Cunha, diretor de Recursos Humanos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM; Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Contagem; Paulo Fernando, diretor de Relações Políticas do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais, representando o presidente; Adeilton de Souza Rocha, presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais; Ronan Rodrigues, presidente da União Mineira dos Agentes de Segurança Prisional do Estado de Minas Gerais Unimasp-MG; Diemerson Souza Dias, presidente da Associação Mineira dos Agentes e Servidores Prisionais do Estado de Minas Gerais; Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais; e Sra. Mirian de Oliveira Gallupp, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2016.

João Magalhães, presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/12/2016

Às 14h16min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, Isauro Calais e Bosco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros das comissões presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Bonifácio de Andrada, deputado federal (27/10/2016); e do Gen.-Bda. Marco Aurélio de Almeida Rosa, assessor especial do Ministério da Defesa (10/11/2016). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.305 e 3.158/2015 e 3.687, 3.696, 3.704, 3.756 e 3.769/2016, em turno único (deputado Celinho do Sinttrocel); 3.693, 3.751, 3.757, e 3.760/2016, em turno único (deputado Gustavo Corrêa); e 3.478, 3.624, 3.666, 3.670, 3.754 e 3.761, em turno único (deputada Geisa Teixeira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 731/2015 com a Emenda nº 1, votada em separado; 2.561, 2.909 e 3.165/2015 e 3.579/2016 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); e 1.257/2015 e 3.612/2016 (relatora: deputada Geisa Teixeira), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.939 a 5.943, 5.946 a 5.948, 5.951, 5.991, 6.076, 6.111 e 6.162/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.105 e 2.988/2015, 3.537, 3.580, 3.581, 3.596, 3.606 e 3.625/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.491/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater propostas que alteram os direitos trabalhistas e sociais das classes trabalhadoras;



nº 7.492/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os danos causados à saúde do trabalhador pela exposição do benzeno;

nº 7.493/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o Ofício nº 1059.20160610 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais – Siticop-MG – que solicita informações e encaminhamentos relacionados ao relatório da Comissão de Barragens;

nº 7.494/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o atraso no pagamento dos servidores de parques estaduais, que gerou o fechamento de alguns desses parques;

nº 7.495/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado contra a Samarco Mineração S.A, a Vale S.A e a BHP Billiton Brasil Ltda., visando à garantia de emprego para os trabalhadores do Complexo Minerário de Germano, nos Municípios de Mariana e Ouro Preto;

nº 7.496/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado aos senadores que integram a Comissão de Assuntos Sociais – CAS – pedido de providências para que se posicionem contrariamente ao Projeto de Lei nº 385/2016, que altera a CLT, para estabelecer que a contribuição sindical seja cobrada somente dos filiados aos sindicatos;

nº 7.497/2016, do deputado Geraldo Pimenta, em que seja formulada manifestação de repúdio ao presidente do Senado pela aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça, da Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 55/2016, que define o novo regime fiscal para o País, impondo teto para os gastos públicos primários para os próximos 20 anos.

nº 7.498/2016, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer seja formulada manifestação de apoio às ocupações das escolas e universidades no Estado, que ocorrem em defesa da educação pública gratuita e de qualidade, e que constituem espaços de debate e mobilização contrários à aprovação da PEC nº 55/2016, da Medida Provisória nº 746/2016, que versa sobre a reforma do ensino médio, e do Projeto de Lei nº 193/2016, denominado Escola sem Partido.

nº 7.499/2016, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao Congresso Nacional pela apreciação da Medida Provisória nº 746/2016, que versa sobre a reforma do ensino médio, sem que haja debate com a sociedade;

nº 7.500/2016, do deputado Isauro Calais, em que requer seja realizada audiência pública para debater a decisão do Banco do Brasil de fechar agências e demitir funcionários, o que pode agravar o problema do desemprego no Estado e piorar o atendimento bancário de algumas cidades menores.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 dezembro de 2016.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/12/2016

Às 9h14min, comparece na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a, em audiência pública, debater a situação dos moradores do entorno do Anel Rodoviário cujos imóveis estão em via de desapropriação por motivo de processo judicial. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Mônica Abranches, coordenadora de Projetos do Instituto Rondon Minas; Ednéia Aparecida de Souza, conselheira municipal de Habitação de Belo Horizonte; Núbia Ribeiro,

presidente da Comunidade dos Moradores do Anel Rodoviário – Cmar –; e o Sr. Wilson Macedo Neto, assessor da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, representando o Sr. Helder Magno da Silva, procurador regional adjunto dos Direitos do Cidadão. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença dos deputados Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM) e Rogério Correia (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM). Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.545/2016, dos deputados Cristiano Silveira, Rogério Correia e Doutor Jean Freire, em que requerem sejam encaminhadas à Coordenação da Equipe de Transição da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte as notas taquigráficas da 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/12/2016;

nº 7.546/2016, dos deputados Cristiano Silveira, Rogério Correia e Doutor Jean Freire, em que requerem sejam encaminhadas ao Ministério Público Federal, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à Defensoria Pública Federal e ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte – Dnit – as notas taquigráficas da 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/12/2016;

nº 7.547/2016, dos deputados Cristiano Silveira, Rogério Correia e Doutor Jean Freire, em que requerem sejam encaminhadas à Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 1ª Região as notas taquigráficas da 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/12/2016, especialmente no trecho relativo às falas das Sras. Ednéia Aparecida de Souza, conselheira municipal de Habitação, e Núbia Ribeiro, presidente da Comunidade dos Moradores do Anel Rodoviário, relatando que não houve o devido acolhimento aos moradores envolvidos no processo judicial nº 57367-09.2013.4.01.3800, em trâmite na 7ª Vara Federal de Belo Horizonte, e discordando da forma de tratamento dispensada à Sra. Dayse Starling Motta, juíza federal;

nº 7.548/2016, dos deputados Cristiano Silveira, Rogério Correia e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado ao juiz titular da 7ª Vara Federal de Belo Horizonte pedido de providências para o reestabelecimento do acordo firmado no processo judicial nº 57367-09.2013.4.01.3800 entre o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte – Dnit –, a Defensoria Pública Federal, o Ministério Público Federal e a Caixa Econômica Federal, considerando-se a importância e o estágio já executado do programa judicial de conciliação para remoção e reassentamento humanizados das famílias do Anel Rodoviário de Belo Horizonte e da BR-381 Norte;

nº 7.549/2016, dos deputados Cristiano Silveira, Rogério Correia e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado à Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/12/2016, para realização de audiência pública a fim de debater a situação dos moradores do entorno do Anel Rodoviário cujos imóveis estão em via de desapropriação, por motivo do processo judicial nº 57367-09.2013.4.01.3800, em trâmite na 7ª Vara Federal de Belo Horizonte, e acompanhamento do referido processo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2016.

Cristiano Silveira, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/12/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Luciana Ramos Braga de Freitas, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Manoel Liberato Batista Neto, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio.